

## A “CARTA” DA ESCRAVA ESPERANÇA GARCIA DO PIAUÍ: UMA NARRATIVA PRECURSORA DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA

Elio Ferreira de Souza (UESPI)<sup>1</sup>

### RESUMO

A “Carta” de 6 de setembro de 1770, da escrava Esperança Garcia, a primeira citação acima, foi endereçada ao Governador da Província do Piauí (MOTT, 1985, 2010), uma “inusitada reclamação” (MOURA, 2004) por se tratar de uma escrava que se dirige à principal autoridade do Piauí colonial setecentista. A “Carta” é certamente um dos registros escritos mais antigos da escravidão no Brasil, escrito pelo próprio escravo negro, no nosso caso uma mulher negra e cativa, Esperança Garcia, o que confere à narrativa epistolar citada acima o *status* de uma escritura da gênese literária afro-brasileira. A narradora se apropria do antigo modelo de petição da segunda metade do século XVIII, para assentar nesse território simbólico da escrita as vozes da narrativa autobiográfica ou da crônica pessoal e comunitária do sujeito negro num espaço inóspito, a escravidão. Essas vozes falam da dor humana, da luta e do desespero de uma mulher escravizada, que fala em nome de si mesma, dos filhos, do marido e dos parceiros do cativo, assumindo o lugar de porta-voz do seu grupo. O relato escrito por Esperança Garcia envolve a uma rede de acusações e denúncias o Administrador das fazendas de gado da Coroa de Portugal no Piauí. Esse tipo de experiência é também recorrente nos relatos de experiência dos escravos ou *slavenarratives* nos Estados Unidos, cujos autores escreveram e publicaram narrativas autobiográficas, contando fatos da sua própria vida de escravo e da vida dos colegas de infortúnio, nos séculos XVIII e XIX (MORRISON, 1987), como também em Cuba e outros países das Américas onde o africano fora escravizado.

**Palavras-Chave:** Narrativa escrava. Esperança Garcia. Mulher negra. Escrita feminina. Literatura Afro-Brasileira.

A “Carta” de 6 de setembro de 1770, da escrava Esperança Garcia, foi endereçada ao Governador da Província do Piauí (MOTT, 1985, 2010), uma “inusitada reclamação” (MOURA, 2004) por se tratar de uma escrava que se dirige à principal autoridade do Piauí colonial setecentista. A “Carta” é certamente um dos registros escritos mais antigos da escravidão no Brasil, escrito pelo próprio escravo negro, no nosso caso uma mulher negra e cativa, Esperança Garcia, o que confere à narrativa epistolar em estudo o *status* de uma escritura da gênese literária afro-brasileira. A narradora se apropria do antigo modelo de petição da segunda metade do século XVIII, para assentar nesse território simbólico da escrita as vozes da narrativa autobiográfica ou da crônica pessoal e comunitária do sujeito negro num espaço inóspito, a escravidão. Essas vozes falam da dor humana, da luta e do desespero de

---

<sup>1</sup> Elio Ferreira de Souza. Doutor em Letras pela UFPE (Teoria da Literatura/Literatura Comparada.). Tese de doutoramento: *Poesia negra das Américas*: Solano Trindade e Langston Hughes, Recife, UFPE, 2006, 370 fls, online. Professor de Literatura na Graduação e no Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Estadual do Piauí. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro – NEPA/UESPI. Coordenador do I, II, III e IV Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Africanas, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Publicou vários livros e revistas de poesia; livros de ensaios sobre literatura e cultura afrodescendentes. Trechos deste ensaio foram retirados da minha tese de doutorado e de artigos que tenho escrito ultimamente sobre narrativas escravas e relatos de testemunho da escravidão, escritos pelos próprios escravizados negros.

uma mulher escravizada, que fala em nome de si mesma, dos filhos, do marido e dos parceiros do cativo, assumindo o lugar de porta-voz do seu grupo. O relato escrito por Esperança Garcia envolve a uma rede de acusações e denúncias o Administrador das fazendas de gado da Coroa de Portugal no Piauí. A eloquência e adramaticidade da epístola comprometem estrategicamente a reputação do capitão Antônio Vieira do Couto perante o Governador da Província.

Eu Souhua escrava de V.S. dadministração do  
Cap<sup>a</sup> m Ant<sup>o</sup> Vieira de Couto, cazada. Desde que  
oCap<sup>a</sup>mp<sup>a</sup> Lá foi adeministrar, q. me tirou da  
faz<sup>a</sup> dos algodois, aonde vevia com meu marido,  
para ser cozinheira da sua caza, onde nella  
passomt<sup>o</sup> mal.

A Primeira hé q. ha grandes trovadas de pancadas  
enhum Filho meu sendo huã criança q. lhe  
feze strair sangue pella boca, em mim não poço  
esplicar q Sou hucolcham de pancadas, tanto  
qcahyhuã vez do Sobrado abachopeiada; por  
mezericordia de DsesCapei.

A segunda estou eu e mais minhas parceiras por  
confeçar a tresannos. E huã criança minha e  
duas mais por Batizar.

Pelloq Peço a V.S. pello amor de Ds. e do Seu  
Valim T<sup>o</sup> ponha aos olhos em mim ordinando digo  
mandar a Porcurador que mande p. a Faz<sup>a</sup> aonde  
elle me tirou p<sup>a</sup> eu viver com meu marido e Batizar  
minha Filha

de V.Sa. sua escrava  
EsPeranCa Garcia

Alguns historiadores asseguram que, além de Esperança Garcia, haveria outros escravos alfabetizados nas fazendas de gado da Província do Piauí, estas de propriedade e gerenciadas pelos padres Jesuítas até a ascensão do Marquês de Pombal. Mas há aqueles que ponderam quanto à existência de outros cativos alfabetizados, pela falta de provas materiais como a “Carta”, de Esperança, que tenham sido escritas por escravos do Piauí. Os estudos acerca da educação ou do ensino das primeiras letras ao trabalhador escravo no Brasil e, particularmente, no nosso Estado, ainda são muito restritos ou de difícil acesso. Talvez o futuro possa nos reservar novas surpresas como a que apontamos neste artigo.

As barreiras linguísticas e culturais dificultavam também a integração e o acesso dos africanos e descendentes escravizados às normas ou padrões da língua do colonizador europeu. Pelo que se consta na crônica sobre a escravidão no Brasil, poucos cativos romperam esse bloqueio, mas há as exceções como a escrava Esperança Garcia, o poeta afro-baiano Luiz Gama (1830 – 1882), Luíza Mahin, a mãe desse poeta, dentre outros nomes, que podem ser considerados casos excepcionais de quem aprendeu a ler ainda escravo. Os sublevados nagôs

e hauçás (muitos deles alforriados) do Levante dos Malês, em Salvador de 1835, caracterizam um caso especial de escravos alfabetizados coletivamente, que aprendiam a ler pelo Alcorão sob a orientação dos *alufás*, nome dado aos sacerdotes mulçumanos. Isso foi o que se pôde constatar nas investigações policiais, uma vez frustrado e derrotado o levante desses negros islamizados em armas contra as forças do governo baiano.

Há pouco, nos últimos anos da década de 1990, a “Carta” de Esperança Garcia, transcrita acima, ganhava notoriedade junto ao público com o projeto do Deputado Estadual, Olavo Rebelo, apoiado pela mulher negra, militante do movimento negro e também deputada, Francisca Trindade, falecida prematuramente em efetivo exercício no seu primeiro mandato de Deputado Federal. Com esse projeto fora instituído o Dia Estadual da Consciência Negra no Piauí, aprovado como reivindicação das diversas entidades negras piauienses representadas naquela sessão do Legislativo, na qual eu estivera presente como membro do Movimento Hip Hop no Piauí e cidadão comum, engajado às questões que dizem respeito ao negro. Hoje, a “Carta” tornou-se um paradigma da resistência e da luta pela equidade dos direitos entre negros e brancos, contra o preconceito racial, bem como a sua significação para a construção da identidade negra e gênero, evocados pela comunidade afro-piauiense nos debates sobre as políticas públicas e as ações afirmativas.

A “Carta” de Esperança Garcia faz uma fotografia real da experiência humana de homens e mulheres negras que desceram aos infernos da escravidão. O relato chega ao nosso conhecimento a partir da experiência e do olhar de uma mulher negra que, apesar de cativa, utiliza-se da escrita para se defender da violência do sistema escravagista. Esse documento é de suma importância pelo que representa como resistência escrava e por ser uma peça valiosa, “uma carta manuscrita” pelo próprio punho de uma escrava, cujo valor histórico é inestimável, significando uma raridade na crônica da escravidão do Brasil Colônia, principalmente por se tratar de um documento escrito por uma mulher escrava, que ousa escrever diretamente ao Governador da Capitania do Piauí para apresentar suas reclamações contra o administrador das fazendas reais. Isso numa época em que poucos tinham acesso ao ensino das primeiras letras, restrito à elite abastarda e excepcionalmente à população masculina. O manuscrito de Esperança Garcia foi descoberto no Arquivo Público do Piauí pelo historiador Luiz Mott. Entre outras considerações, o pesquisador baiano assegura que:

A existência de uma mulher escrava alfabetizada sugere-nos quem sabe um aspecto peculiar que assumiu a escravidão na zona pecuarista do sertão do Piauí [...]: encontramos documentos que se referiam a escravos que possuíam bois, cavalos, que deixavam herança ao morrer, que enviavam algumas cabeças de gado para serem vendidas em distantes feiras de animais. Escravos que requeriam ao

Governador contra algum proprietário mais ganancioso e usurpador, declarando textualmente “quando o Senhor comprou o escravo, não comprou o que ele possuía (MOTT, 1985, p. 105).

O manuscrito de Esperança Garcia faz desmoronar os estereótipos raciais acerca da submissão “natural” do escravo negro, propagado pelo discurso colonial e a história oficiosa, além de lançar por terra o falso mito da convivência pacífica ou da “democracia racial”, apregoada em *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Nesse sentido, como nos referimos anteriormente, o nome de Esperança Garcia significa a resistência escrava no Piauí. Esse fato se deve ao teor da sua escrita persuasiva, reivindicatória e ao mesmo tempo comovedora, que se manifesta no sentimento de solidariedade, na refutação aos abusos do cativo e na coragem e ousadia que ela, na condição de escrava, tivera ao denunciar maus tratos, torturas físicas e proibições às suas convicções religiosas e outros tipos de arbitrariedades praticadas por Antônio Vieira do Couto, o administrador das fazendas da Inspeção de Nazaré, pertencentes à Coroa de Portugal, contra ela, Esperança, os filhos, o marido e parceiras do regime de servidão.

Nas primeiras linhas da “Carta”, Esperança Garcia afirma sua identidade, se autorreconhece como “escrava” e reivindica, enquanto escrava, mãe e casada, o direito de retornar ao lugar de origem, à Fazenda Algodões, para viver ao lado do marido e dos filhos. Em seguida, Esperança dá início ao relato de uma série de queixas contra o Capitão Antônio Vieira do Couto, que a subjugara ao trabalho de cozinheira na sua casa, retirando-a dos Algodões para a Inspeção de Nazaré e, ao mesmo tempo, impedindo-a da convivência com o marido. A narrativa compromete a reputação do Procurador das fazendas de gado da Coroa ante o Governador da Capitania do Piauí, sobretudo porque o primeiro se apropriara da mão-de-obra escrava, pertencente à Coroa, em benefício próprio.

A Fazenda Algodões era situada no município de Oeiras, então capital do Piauí. A “Carta” fala que Esperança Garcia fora uma escrava ligada às obrigações da casa grande e, para os padrões da época, era uma mulher consciente a ponto de intimidar o agressor e resistir à agressão escravagista através do seu relato escrito. Antes de pertencer à Coroa, essas fazendas de gado, um total de trinta, pertenciam aos padres Jesuítas, que as receberam como doação do fazendeiro português Domingos Mafrense. Quando “os Jesuítas tiveram seus bens sequestrados, presos e expulsos de Oeiras pelo Marquês de Pombal”, em 1760 (TITO FILHO, 1978, p.12), os padres da Companhia de Jesus tinham feito os campos criatórios de bovinos progredirem de 28 para 30 fazendas.

Cogitamos que Esperança Garcia aprendera a ler e escrever com os padres Jesuítas ou com pessoas relacionadas a eles, de quem fora escrava, antes da expulsão desses sacerdotes por Pombal. Uma vez expulsa a Companhia, as fazendas se tornaram propriedades da Coroa de Portugal. O manuscrito da “Carta”, escrita pela própria Esperança, a escrava “insurgente”, foi dirigida ao Governador da Capitania, conforme transcrição fidedigna do referido relato.

Não seria precipitado de nossa parte afirmar que a “Carta” é uma gênese da literatura afro-brasileira, um texto precursor que imprime e anuncia uma escritura feminina pelo tom reivindicatório. Numa dimensão mais ampla, a “Carta” tenta abrir a porta de entrada e saída para a humanidade do negro escravizado, o que significa o desejo de reapropriação do corpo e da memória fraturados, violados e violentados. A referida epístola reinventa trilhas e desvios para transpor o limiar da “Porta do Não-Retorno”, essa viagem sem volta que simboliza o apagamento do nome, da identidade e da memória ancestral da Diáspora africana no Novo Mundo, cujo esquecimento é também tratado pela afro-canadense Dionne Brand, no livro *A Map to the Door of No Return*.

Na “Carta”, em análise, Esperança Garcia reivindica ainda o direito de cultuar os ritos da religião do branco, já assimilada por ela e as colegas escravas, mas essa religiosidade é também tomada como máscara, autodefesa, uma Negaça<sup>2</sup> (jogo de corpo/ esquivas e ataques) da escrava delatora, que se utiliza, estrategicamente, de pretextos para agravar o delito do crime por espancamento ou a culpa do administrador das fazendas de gado, que habitualmente agredia Esperança e os filhos desta. Os motivos do ódio e da violência não são revelados no relato escrito pela escrava. Não se trata de uma afirmação categórica, mas seria racional supor que essas agressões impiedosas tenham sido motivadas pelo desejo sexual recalcado do agressor. A crônica da escravidão é repleta de fatos dessa natureza, da consumação ou tentativa de estupro do senhor contra as escravas. Esperança era casada. Teria a escrava se negado a realizar o desejo luxurioso do administrador das fazendas da Coroa Real? Na época da escravidão, alguns tipos de agressões eram silenciados pela vítima, principalmente as que feriam a moral da escrava. Assim, nos casos de atentado ao pudor da mulher negra e escrava, esta, certamente, preferia o silêncio a tornar público o constrangimento, causado pela tentativa frustrada ou pela consumação de um estupro, ou outro tipo de violência que constrangia o

---

<sup>2</sup> Negaça (I) – s.f. engodo, isca, recusa, negação (Ferreira, cit. Mano Lima, 2005, p.103)

- Negaça (II) – movimento defensivo executado com o auxílio das mãos e dos pés no solo, dando seguência ao jogo de fora (Bola Sete, cit. Mano Lima, id.).

- Negaça (III) – no jogo de capoeira, o ato de negar o corpo, bambolear para lá e para cá, ameaçar o movimento e negá-lo; usada para confundir o oponente (Rego, cit. Mano Lima, id. ib.)

cativo. Esse tipo de experiência é também recorrente nos relatos de experiência dos escravos ou *slavenarratives* nos Estados Unidos, cujos autores escreveram e publicaram narrativas autobiográficas, contando fatos da sua própria vida de escravo e da vida dos colegas de infortúnio, nos séculos XVIII e XIX (MORRISON, 1987), como também em Cuba e noutros países das Américas onde o africano fora escravizado. O texto de Esperança Garcia assinala ainda as relações de solidariedade, cumplicidade e companheirismo através da convivência amigável entre os escravos da casa grande: “... A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar a três annos”.

A escrava, subjugada à tortura do corpo, utiliza-se das armadilhas da palavra escrita: das sensações de dor e martírio, das metáforas onomatopaicas, da contundência das imagens visuais e estrondosamente sonoras que representam fenômenos da natureza. A escrita afirma suas bases na fala oral, na fala do povo pouco letrado, na fala gestual do corpo. Esta linguagem da contorção e do flagelo do corpo, do jogo e construção dos relatos da crueldade apresentados em diferentes cenas da escravidão. A narrativa é fragmentada por esses pequenos episódios, como uma teia de aranha que pouco a pouco vai envolvendo o leitor dentro de um mundo vivenciado pelo escravo, que nas palavras de Dionne Brand “é a porta que muitos de nós [a Diáspora Negra] esperavam que nunca tivesse existido” (2004, p.19, tradução nossa). A “Carta” denuncia e desqualifica o algoz perante a autoridade governamental da Capitania: “...Primeiro hé q. há grandes trovoadas de pancadas enhum Filho meu sendo huã criança q lhe fez estrair sangue pella boca, em mim não poço explicar que Sou húcolcham de pancadas, tanto q cahyhuã vez do Sobrado abachopeiada;”.

Os ornamentos da narrativa, as imagens, as metáforas, o relato pessoal e autobiográfico, as estratégias de persuasão, recorrentes nesse tipo de escrita literária, entram em relação com os poemas e contos das mulheres escritoras dos *Cadernos Negros*, este principal periódico da literatura afrodescendente contemporânea do Brasil, editado pelo *Quilombhoje*, e com a obra de autoras negras desvinculadas desse grupo. Os poemas de Geni Guimarães e de Tânia Lima, citados abaixo, dão-nos uma ideia do que é ser uma criança negra e pobre no Brasil. A narrativa autobiográfica recupera episódios da infância, vivenciados pelas próprias autoras afrodescendentes. Põem-nos frente a frente a problemas como racismo ou preconceito racial, invisibilidade e exclusão social do negro brasileiro. Para essas escritoras, mesmo se tratando de experiências doloridas, o reencontro com a memória pessoal, a lembrança afetiva dos familiares, a lembrança da sua casa e das pessoas queridas significam abrir caminhos para o futuro, a autoestima, a solidariedade, a coragem, a superação das paredes de preconceito.

### INFÂNCIA ACESA

De manhã, café minguado  
branquinho, morno, cansado,  
saltava do velho bule.  
Me apossava da brochura  
pés na estrada, terra dura  
ia para escola, estudar.

Meninos fortes, bonitos  
barrigas fartas, redondas,  
cortinas alvas, em pompas  
mentiam me um mundo novo  
eme iludiam com igualdades sonhadas.  
Uma carteira envernizada  
sutilmente me acurrava  
nos desejos de senhores.  
Minha caixa com seis lápis  
se escondia, envergonhada  
ante outras caixas compridas:  
Trinta e seis lápis em cores.

E a tarde,  
de volta, em casa,  
vendo meu jantar no canto  
do fogão movido a brasa,  
adivinhandando meu pai  
rachando a lenha pro fogo  
pés descalços,  
chapéu roto,  
eu não sabia porque  
vinha um doer tão profundo  
que o meu peito se estreitava,  
sentia um desejo louco  
de pegar aquelas brasas  
e botar fogo no mundo (GUIMARÃES, 1998, p. 62-4).

A casa é o casulo das nossas recordações de infância, o lugar onde nascem os sonhos e os pais fazem planos para o futuro dos filhos. Embora essa casa seja simples, a casa da infância é a casa mais bela do mundo, é o lugar da nossa imaginação, da fantasia infantil por mais humilde que seja a casa, ela é revisitada pela nossa memória pessoal, como traduz a poesia da afro-indígena, Tânia Lima:

E tudo brilhava lá do teto  
Mas era uma casa pobre  
tão pobre  
que não vi  
um só livro  
um sequer para contar  
a história (LIMA, 2000, p.43).

Já o livro *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, professora de Ensino Primário, é considerado o primeiro romance brasileiro de cunho essencialmente abolicionista, assim como

uma das primeiras prosas romanescas escritas por uma mulher negra nas Américas a tratar dessa questão. Diferenciando-se de livros como a *Escrava Isaura*, de Bernardino Guimarães, uma vez que esta obra reproduz os preconceitos, estereótipos e estigmas raciais assimilados da mentalidade escravagista da época. Por conseguinte, no capítulo intitulado “A Preta Susana”, a romancista maranhense narra de dentro da história, tem consciência de sua origem negra e sente a dor daquela mulher que fora sequestrada pela escravidão, quando a velha africana narra como sujeito e agente amplificador da própria voz para contar suas lembranças e memórias da África: a vida em liberdade, a dor da separação da filha, do marido, da família e pessoas queridas.

Na perspectiva da narrativa de memória autobiográfica, a personagem lembra o episódio traumático da sua captura a caminho das plantações de cereais, cenas de morte, violência e horrores durante a travessia do Atlântico no porão do negreiro, como também os maus-tratos dos senhores de escravo que açoitavam negros por motivos banais, além das humilhações e o desolamento na terra do degredo e da escravidão (SOUZA, 2006, p. 75-76). O relato parece-nos um testemunho real, como se Maria Firmira o tomasse diretamente da boca de uma cativa africana que vivenciou essa experiência, e a escritora transpusesse fidedignamente o registro dessa malfadada experiência.

Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho, e o inhame, e o mendubim eram em abundância em nossas roças. [...]. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas. [...]. Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio (REIS, 2004, p. 116-7).

Abriga-se à peculiaridade de cada autor ou autora afrodescendente, o lugar, a história, a condição humana do africano escravizado ou a de seus descendentes, a relação social e de gênero, “a eloquente e dramática autobiografia” do narrador/a, o engajamento étnico-racial. A exemplo disso, o romance *Becos da memória*, de Conceição Evaristo, estabelece diálogos com a tradição literária afrodescendente protagonizada na “Carta” de Esperança Garcia, e com as demais narrativas escravas. Essa tradição é afirmada na construção de inúmeros romances e de diferentes gêneros literários produzidos por escritores e escritoras afro-brasileiros, como em *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, de Lima Barreto; *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus.

A epopeia romanceada *Um defeito de cor* (Record, 2006), de Ana Maria Gonçalves, segundo consta em nota preliminar desta autora, trata-se da transcrição fidedigna e, em



situações de ilegibilidade, da invenção de termos similares ao texto original. Em outras palavras, o romance seria a recriação ou a reescritura dos alfarrábios de inúmeras cartas endereçadas ao filho, em forma de crônicas autobiográficas (memórias, relatos de testemunho ou de experiência pessoal, de teor autobiográfico) e sobre a história social da escravidão no Brasil do século XIX, escrita originalmente pela própria Luíza Mahin, africana, escrava alforriada, muçulmana, uma líder do Levante dos Malês, ocorrido em Salvador/Bahia (1835), e provável mãe de Luiz Gama (1830-1882). Embora se tem comentado que, em declarações mais recentes, Gonçalves afirmara que as epístolas de Mahin são fictícias, frutos da criação da própria romancista Gonçalves.

No entanto, há registro em forma de carta, endereçada a amigos, e escrita pelo próprio poeta Luiz Gama, quando este atesta que perdera o contato com a mãe e, aos dez anos, fora vendido como escravo pelo pai, um branco e fidalgo português. Uma vez liberto do cativo ilegal, anos mais tarde, Gama faz-se um dos precursores da literatura afro-brasileira e da Abolição da Escravatura. Autor do livro de poesia *Primeiras trovas burlescas de Getulino* (1859/1961), Luiz Gama notabilizou-se pelo seu expressivo engajamento na campanha abolicionista, pela libertação de aproximadamente mil escravos, no Tribunal do Júri, e pela autoria dos versos de sátiras contundentes dirigidas aos escravagistas, especialmente aos barões do café, racistas, “mulatos” que não se assumiam como negros ou negavam sua ancestralidade africana, e ainda contra o governo monarquista brasileiro (FERREIRA, 2005).

Nas 947 páginas, os episódios de *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, adquirem o padrão de narrativa epistolar, quando frequentemente a narradora e protagonista ex-escrava encerra o episódio de vários capítulos da narrativa, destinando-os ao filho desaparecido que fora vendido pelo pai branco ao tráfico interno de escravos, durante o período em que ela, Luíza Mahin, estivera foragida para se furtar de possíveis condenações que poderiam resultar apenas capital ou outros tipos de punições severas, motivadas pelo seu envolvimento na rebelião dos negros na Bahia, liderada por escravos e homens livres islamizados.

No romance, Mahin investe de forma incansável e desesperadora na busca do filho, viajando de Salvador a São Paulo e ao Rio de Janeiro, mas a busca foi em vão. A narrativa romanesca inicia-se na África com a morte do irmão e da mãe de Kehinde, nome africano de Luíza, quando esta tinha dez anos de idade. Depois de uma sucessão de episódios, são narrados os fatos da travessia marítima no porão do tumbeiro, a morte da avó e da irmã gêmea, sua chegada ao Brasil, o estupro praticado pelo senhor contra ela e a castração do namorado pelo mesmo amo, o aprendizado das primeiras letras com o dos mais cultos dentre

os malês - o AlufáLikutã, o nascimento dos dois primeiros filhos, a morte do primogênito, o envolvimento na Rebelião dos Malês, a fuga, etc. A narrativa encerra-se quando Luíza Mahin atinge a velhice, depois do regresso ao Brasil de uma longa permanência na África, onde se casara, tivera filhos e se tornara uma mulher rica e influente. Os fragmentos transcritos abaixo narram cenas da chegada de Luíza Manhin ao Brasil, ocasião em que, quando criança recusa o ritual do batismo cristão no desembarque do navio negreiro na Bahia:

O escaler que carregava o padre já estava se aproximando do navio, enquanto os guardas distribuíaam alguns panos entre nós, para que não descêssemos nuas à terra, como também fizeram com os homens na praia. Amarrei meu pano em volta do pescoço, como a minha avó fazia, e saí correndo pelo meio dos guardas. Antes que algum deles conseguisse me deter, pulei no mar. A água estava quente, mais quente que em Uidá, e eu não sabia nadar direito. Então me lembrei de Iemanjá e pedi que ela me protegesse, que me levasse até a terra. Um dos guardas de um tiro, mas logo ouvi gritarem com ele, provavelmente para não perderem uma peça, já que eu não tinha como fugir a não ser para a ilha, onde outros já me esperavam. Ir para a ilha e fugir do padre era exatamente o que eu queria, desembarcar usando o meu nome, o nome que a minha avó e a minha mãe tinham me dado e com o qual me apresentaram aos orixás e voduns (GONÇALVES, 2006, p.63).

Embora no Brasil, não tenha se registrado uma prática comum na publicação de obras escritas por autores escravizados ou ex-escravos, nos Estados Unidos, houve um número significativo de publicações dessa natureza, denominadas *slavenarratives*, como já nos referimos em páginas anteriores, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, como os relatos de testemunhos e epístolas de escravos fugitivos.

As estratégias dessas narrativas autobiográfica ou de experiência dos escravos, observados na “Carta” de Esperança Garcia; no livro *Doze anos de solidão*, de Salomon Northrup, este recentemente adaptado para o cinema; como também as narrativas epistolares do soldado Henrique Dias, homem negro e livre, que se destacou como liderança do exército brasileiro em combate às forças holandesas, sobressaem-se pelo tom reivindicatório e autobiográfico; além de outras narrativas escravas já citadas, apontam para a tradição de uma escrita afrodescendente que vem sendo praticada notadamente desde sua gênese, no século XVIII, à contemporaneidade, nos diversos gêneros literários como narrativas de memória, diários, crônicas, epístolas, poemas, romances, contos, teatro, publicados em edições antigas e/ou modernas. A exemplo disso, *A origem dos meus sonhos* (1995), de Barak Obama, um livro de memória: a autobiografia de Obama e a história de seus pais, avós e outros membros de sua família; *O imenso mar* (1940), memórias do poeta afro-norte-americano Langston Hughes; *Esmeralda, porque não dancei* (2001), de Esmeralda do Carmo Ortiz, que conta a história de sua própria vida, quando fora uma menina de rua na cidade de São Paulo; os inúmeros contos e poemas publicados na edição dos diversos periódicos da antologia

*Cadernos Negros* (1978 – 2014), *Quilombhoje*, São Paulo; dentre outras obras da tradição literária afrodescendente que transitam no limiar da narrativa autobiográfica e da ficção.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

CADERNOS NEGROS: os melhores poemas. Quilombhoje (org.) São Paulo: Quilombhoje, 1998.

CADERNOSNEGROS: os melhores contos. Quilombhoje (org.). São Paulo: Quilombhoje, 1998.

DOUGLASS, Frederick. *The Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave*,

Written by Himself. New York: Anchor Books edition, 1973.

FERREIRA, Elio (de Souza). Literatura Afrodescendente: da gênese dos relatos de experiências escritas pelos próprios escravos do Brasil, Cuba e Estados Unidos à tradição da narrativa autobiográfica contemporânea da Diáspora e no periódico *Cadernos Negros*. In: *Escavidão negra no Piauí e temas conexos*, organizado por João Kennedy Eugênio; Solimar Oliveira Lima; Teresina: EDUFPI/PET, 2014.

\_\_\_\_\_. Uma conversa preliminar sobre literatura afrodescendente: tradição e escrita autobiográfica. In: *Literatura, história e cultura afro-brasileira e africana: memória, identidade, ensino e construções literárias*; FERREIRA, Elio e BEZERRA FILHO, Feliciano José (organizadores); Teresina: Editora da UFPI; Fundação Universidade Estadual do Piauí,

2013.

\_\_\_\_\_. A “Carta” da escrava Esperança Garcia do Piauí, escrita por ela mesma, sua relação com a poesia das mulheres dos *Cadernos Negros*. In *Cadernos Negros: três décadas: ensaios, poemas e contos*; organização de Esmeralda Ribeiro e Márcio Barbosa. São Paulo: Quilombhoje: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2008.

\_\_\_\_\_. *Identidade e solidariedade na literatura do negro brasileiro: de Padre Antônio Vieira a Luiz Gama*. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, Concurso Mário Faustino, Ensaios, 2005.

\_\_\_\_\_. A escrita feminina da mulher negra: uma leitura da “Carta” da escrava Esperança Garcia e de poemas de autoras afro-brasileiras do Quilombhoje. In: *Saqueadores de hegemonia: ensaios sobre literatura e cinema*; Wanderson Lima (org.), Teresina: Amálgama, Center Gráfica e Editora, 2005.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2006.

GUIMARÃES, Geni. Infância acesa. Barra Bonita: EVERGRAF, s/d., p. 62, 64.

HUGHES, Langston. *O imenso mar*. Tradução de Francisco Burkinski. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1944.

LESSA, Orígenes. *Inácio da Catingueira e Luís Gama: dois poetas negros contra o racismo dos mestiços*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.

LIMA, Tânia. *O livro do abrigo*. Fortaleza: Mangues e letras, 2000.

MANO LIMA. *Dicionário de Capoeira*. Brasília: Edição do autor, 2005.

MANZANO, Juan Francisco. *Autobiografía de un esclavo*. Barcelona: Linkgua S.L., 2006.

MORRISON, Toni. "The Site of Memory". In: *Inventing the Truth. The Art and Craft of Memoir*. Ed. William Zinsser Boston: Houghton Wifflin, 1987.

MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, Governo do Estado do Piauí, 1985.

\_\_\_\_\_. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. 2. ed. - Teresina: APL; FUNDAC;

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*; assessora de pesquisa Soraya Silva Moura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

OBAMA, Barack. *A origem dos meus sonhos*. Tradução de Irati Antonio, Renata Laureano, Sonia Augusto. São Paulo: Editora Gente, 2008.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIBEIRO, Esmeralda e BARBOSA, Márcio (orgs.). *Cadernos Negros: três décadas: ensaio, poemas, contos*. São Paulo: Quilombhoje; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2008.

\_\_\_\_\_. *Cadernos Negros*, volume 31. São Paulo: Quilombhoje; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2008.

RUFFATO, Luiz. *Questão de pele*. Prefácio, seleção e organização de Luiz Ruffato. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009 – (Coleção língua franca).

SOUZA, Elio Ferreira de. *Poesia negra das Américas: Solano Trindade e Langston Hughes*. Recife: Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Letras, 2006. 369 folhas.

TITO FILHO, A. *Governadores do Piauí: capitania, província, estado*. 3.ed. Teresina: editora artenovas.a, 1978.